

Nenoio Spinola *

Fazia frio na pista do aeroporto de Ezeizá quando, noite alta, um jatinho decolou rumo a São Paulo, deixando para trás as luzes tiritantes de Buenos Aires. A bordo, os presidentes da Comissão de Valores Mobiliários, da Associação Brasileira das empresas de Capital Aberto, da Bovespa e da BM&F ensaiaram o balanço de um encontro de que participaram para integrar as Bolsas do Mercosul.

A agenda de interesses práticos foi esgotada em quinze minutos. Depois, vieram as comparações inevitáveis entre Brasil e Argentina, começando pelo "efeito Orloff". Iria o Brasil dular o tango político de Carlos Saul Menem com um solista equivalente ao Ministro Domingos Cavallo no palco do Planalto? Seria possível separar a agenda política de Brasília da agenda econômica do resto do país?

Manoel Pires da Costa, o Presidente da BM&F, saiu de Congonhas decidido a fazer um teste: publicou na Folha de São Paulo um artigo sobre a separação possível entre a política e a

economia. A resposta foi instantânea. Disse ele: "Acho que tem por aí uma ânsia louca dos empresários para encontrar uma tábua de salvação, no meio dessa gritaria em torno da sopa das siglas da CPI..."

No mesmo passo em que engrossava o tom na Comissão Parlamentar de Inquérito em Brasília, crescia em São Paulo a corrente dos que buscavam alternativas contra a inércia na economia. Pires da Costa pegou um avião de carreira e foi conversar com Marcílio Marques Moreira, a convite de José Gregori, o chefe de Gabinete do ministro. "Ele não baixa a guarda nem um segundo — disse na volta. Mas acho que detrás daquela tranquilidade budista há um traço de apreensão..."

O ministro concordou com uma manifestação de empresários em São Paulo. A data recuou de 9 para 8 de julho porque a quinta-feira, dia 9, comemora uma revolução que os paulistas chamam de constitucionalista, mas outros brasileiros acham hegemonista.

Na primeira reunião para discutir os objetivos da manifestação estiveram presentes os presidentes da Fe-

braban, da Abrasca, da Bovespa, da BM&F, da ADEVAL, Boris Tabacoff, da Fiesp, Carlos Tavares, da Federação do Comércio, Adhemar Ribeiro vice-presidente da Associação Comercial de São Paulo. Do grupo participaram representantes das duas chapas concorrentes à FIESP (Kapaz versus Moreira) e um "blend" bem calibrado de interesses.

Em menos de duas horas a agenda ficou pronta. Furlan sugeriu que o encontro fosse patrocinado por uma "idéia", e disse que essa idéia podia se chamar Brasil S.A. Seria uma convergência mínima em defesa do "novo" na economia brasileira, da modernização, capaz de reunir lideranças de todo o país. Não era relevante a capitalização, ou não, dos resultados pelo presidente Fernando Collor. O objetivo maior era o país. Boris Tabacoff agendou um encontro de Pires da Costa com o presidente da Fiesp, Mário Amato, que apoiou sem pestanejar. Velha raposa política, Amato só questionou um ponto: "quem vai falar em nome de todos?" Pires da Costa sabia que o silêncio era de ouro. Amato insistiu: "podia

ser você... podia ser um locutor lendo um manifesto..." Como havia muita carga emocional no ar, prevaleceu, mais tarde, a tese do discurso com um empresário falando pelo grupo.

Nos dias seguintes foram disparados faxess para todas as entidades de classe do Brasil. Em duas semanas os computadores que centralizaram os trabalhos receberam receberam as adesões de mais de 50 Associações de âmbito nacional, e mil quinhentos empresários. Eles foram atingidos através de uma mala direta endereçada exclusivamente aos presidentes, no mais alto nível, sem intermediários. Talvez seja este um dos segredos do sucesso. As respostas vieram de quem tinha a última palavra.

Mais de trinta documentos contendo sugestões para a mensagem chegaram ao comitê de redação. Oito textos alternativos de pronunciamento foram redigidos, produzindo o que alguns criticaram como uma "colcha de retalhos", e outros defenderam como o melhor retrato da convergência empresarial possível. Na reta final, a FIESP defendeu um documento mais enxuto, numérico, que afinal fundiu-

se com o discurso pronunciado por Pires da Costa na manhã do dia do evento.

Este talvez seja o motivo pelo qual o movimento, aberto durante todo o tempo à imprensa, não teve "furos". Houve quem sugerisse que o manifesto trouxesse uma revisão da legislação eleitoral para impedir a perpetuação dos problemas com a "caixa 2" dos candidatos. Houve quem desejasse condenar a "hipocrisia da discussão na CPI do PC", porque "independente de atos criminosos que viussem a ser apurados, em jogo estavam apenas os interesses para controlar a caixa do Estado." Outro texto afirmava que "enquanto não se reduzir o tamanho do Estado, os demônios da corrupção irão contaminar todos os partidos, líderes e legendas..."

O "copy" final do texto foi feito por Carlos Battesti, representante da FIESP, e por um representante da BM&F, em colaboração com Adilson Lorenti, Alexi Piccinini, Carlos Magagnini e outros que eventualmente colaboraram em reuniões de trabalho. Um jornal de São Paulo publi-

cou trechos da chamada "colcha de retalhos", desembarcada nas mãos da reportagem por Nei Figueiredo, assessor político de uma das instituições envolvidas.

Para não correr o risco de ser considerado um movimento corporativista, a "idéia" do Brasil S.A. parou no Monte Líbano, sem varar a madrugada do 9 de julho. Isoladamente ou em grupo, seus líderes vem afirmando que Brasil S.A. deixou trinchérias armadas a favor da modernização da economia nacional. Em que medida o Governo irá se beneficiar disso, depende de como conduzir a reforma fiscal, a privatização ou programas para melhorar a distribuição da renda. A mensagem deixa claro que o resto depende da Lei e da Ordem. Palavras um pouco mais duras, que não couberam no Manifesto, foram incluídas no discurso, procurando separar "o Brasil real do Brasil da fantasia". O que isso significa? Muito provavelmente os caixas dos candidatos às eleições municipais já estão descobrindo.